

FRIGORIFICO NORDESTES ALIMENTOS LTDA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

FRIGORÍFICO NORDESTES ALIMENTOS LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório de Administração

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

FRIGORÍFICO NORDESTES ALIMENTOS LTDA.

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a diretoria tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia tem sua sede localizada na cidade de Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia, e tem por objetivo principal a exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes e derivados, e fabricação de conservas (congelados, defumados, embutidos e enlatados).

Em 2022, a Companhia apurou prejuízo líquido de R\$6.034, ante um prejuízo líquido R\$3.617 em 2021. No final do ano de 2022 a Companhia possuía 293 409 colaboradores em seu quadro.

Ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.
Colatina - ES.

Revisamos as demonstrações contábeis da Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda., (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Colatina, 20 de julho de 2023



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846 - S - ES

Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2 - S - ES

Ativo	Controladora		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora			
	Nota Explicativa	2022		2021	Nota Explicativa	2022	2021
Circulante			Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	8	5.645	951	Empréstimos e financiamentos	17	163	261
Contas a receber de clientes	9	25.343	9.227	Fornecedores	14	36.119	23.213
Estoques	10	15.370	10.714	Adiantamentos		25.447	-
Impostos e contribuições a recuperar	11	7.203	3.475	Obrigações sociais	15	711	783
Adiantamentos	12	133	140	Obrigações fiscais	16	337	67
Outros		58	43	Provisão de férias	18	1.178	1.276
		<u>53.751</u>	<u>24.551</u>	Parcelamentos federais	19	47	407
				Outras contas a pagar		374	149
Não Circulante						<u>64.377</u>	<u>26.156</u>
Realizável a longo prazo				Não Circulante			
Depósitos judiciais	21	2.157	2.115	Empréstimos e financiamentos	17	14	176
				Impostos diferidos	20	267	267
Imobilizado	13	12.560	10.043	Parcelamentos federais	19	8.266	8.422
				Provisão para contingências		2.106	2.218
Intangível		5	8			<u>10.653</u>	<u>11.083</u>
				Patrimônio Líquido			
				Capital Social	22	23.574	23.574
				Reservas de capital		1.071	1.071
				Ajustes de avaliação patrimonial		518	518
				Prejuízos acumulados		<u>(31.718)</u>	<u>(25.684)</u>
				Atribuído a particip. dos acionistas controladores		(6.556)	(522)
				Participações de acionistas não controladores		<u>(6.556)</u>	<u>(522)</u>
Total do ativo		<u>68.473</u>	<u>36.717</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>68.473</u>	<u>36.717</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	Controladora	
		2022	2021
Receita líquida de produtos e serviços	23	266.593	183.183
Custo dos produtos vendidos	24	(259.547)	(176.943)
Lucro Bruto		<u>7.046</u>	<u>6.240</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e comerciais	26	9.437	(6.057)
Gerais e administrativas	25	(3.927)	(3.317)
Depreciação e amortização		(66)	(72)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	27	766	598
		<u>(12.664)</u>	<u>(8.848)</u>
Resultado de equivalência patrimonial		-	-
Participação dos empregados nos lucros		-	-
Resultado operacional		<u>(5.615)</u>	<u>(2.806)</u>
Receitas financeiras	28	194	97
Despesas financeiras	29	(613)	(908)
Resultado antes dos impostos incidentes		<u>(6.034)</u>	<u>(3.617)</u>
Imposto de renda e contribuição social	33	-	-
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		<u><u>(6.034)</u></u>	<u><u>(3.617)</u></u>
Lucro básico por ação (em R\$)		(404)	(242)
Lucro diluído por ação (em R\$)		(404)	(242)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Controladora	
	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(6.034)	(3.617)
	<u>(6.034)</u>	<u>(3.617)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de capital e ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros ou Prejuízos acumulados	Atribuível aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
					Reserva legal	Reserva de investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>23.574</u>	<u>1.071</u>	<u>518</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.067)</u>	<u>3.095</u>	<u>6</u>	<u>3.101</u>
Lucro líquido do exercício	22	-	-	-	-	-	(3.617)	(3.617)	(4)	(3.621)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>23.574</u>	<u>1.071</u>	<u>518</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.684)</u>	<u>(522)</u>	<u>2</u>	<u>(520)</u>
Prejuízo líquido do exercício	22	-	-	-	-	-	(6.034)	(6.034)	(2)	(6.036)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>23.574</u>	<u>1.071</u>	<u>518</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(31.718)</u>	<u>(6.556)</u>	<u>-</u>	<u>(6.556)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Controladora	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa		
Resultado do exercício	(6.034)	(3.617)
Depreciação e amortização	483	561
Provisão para contingências	(112)	(28)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	102	38
	<u>(5.561)</u>	<u>(3.046)</u>
Variações em ativos e passivos operacionais, circulante e não circulante		
Clientes	(16.218)	(1.639)
Estoques	(4.655)	(3.290)
Impostos e contribuições a recuperar	(3.727)	(1.501)
Adiantamentos	7	(23)
Outros ativos	(57)	3
Contas a pagar a fornecedores	12.906	9.727
Obrigações fiscais e sociais, e provisão de férias e outras	101	986
Parcelamentos federais e outras obrigações	(516)	(310)
Outros passivos	226	(15)
	<u>13.512</u>	<u>3.938</u>
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	7.951	892
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo permanente	(2.997)	(1.125)
Caixa líquido (consumido) gerado provenientes das atividades de financiamento	<u>(2.997)</u>	<u>(1.125)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos captados	174	281
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(435)	(542)
Caixa líquido consumido (gerado) proveniente das atividades de financiamentos	<u>(261)</u>	<u>(261)</u>
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.693</u>	<u>(494)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	951	1.445
Caixa e equivalentes no final do exercício	5.645	951
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.693</u>	<u>(494)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa foi constituída em 9 de fevereiro de 1996 na forma de Empresa por quotas de responsabilidade limitada, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, com a denominação social de Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.

A Empresa explora as atividades de: abate e frigorificação de animais, principalmente bovinos e bufalinos; comércio por atacado e varejo de produtos alimentícios em geral e, em especial, de produtos derivados do abate; importação, exportação e prestação de serviços de abate e desossa de bovinos e bufalinos; e prestação de serviços de armazenagem.

O parque fabril encontra-se localizado na cidade de Teixeira de Freitas - BA e é responsável pelo abate e industrialização de carnes.

A Empresa distribui seus produtos por vários Estados do País, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste.

A unidade produtiva da Sociedade, localizada em Teixeira de Freitas - BA, possui Licença de Operação - LO vigente, expedida pelo órgão ambiental do respectivo Estado.

1.1 Efeitos da Covid-19

A Empresa continua trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da não disseminação do Coronavírus (COVID-19), mantendo os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações dos órgãos públicos tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal. Tais medidas também atendem às portarias interministeriais MTP/MS/MAPA nº 13 de 20 de janeiro de 2022 e MTP/MS nº 14 de 20 de janeiro de 2022.

Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em suas operações, mantendo suas previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos, dos quais fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade para a população, relacionados ao segmento alimentício.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)
As Demonstrações Contábeis foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Empresa em 20 de julho 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Empresa estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritos a seguir.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Empresa.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

3.3 Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Empresa como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

3.4 Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.5 Ajuste a Valor Presente

O ajuste a valor presente, previsto na NBC TG 12 do CFC, não foi aplicado sobre as contas de créditos a receber em razão de não apresentar relevância no contexto das demonstrações contábeis, além de que o prazo de recebimento é curto.

Sobre as contas a pagar, o ajuste a valor presente foi aplicado considerando uma taxa de 10% ao ano de conformidade ao contrato de aquisição de bens para o ativo imobilizado, sendo que ao final de 2021 não restava saldo a ajustar.

3.6 Imobilizado

São demonstrados ao custo de aquisição ou construção e deduzido da correspondente depreciação, que é computada pelo método linear e de acordo com a vida útil dos bens e taxas usuais de depreciação.

Os gastos com reformas e manutenção, que aumentam significativamente a vida útil das instalações e equipamentos, são capitalizados.

Os itens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso aja indicadores de perda de valor.

<u>Componentes</u>	<u>Taxa anual de depreciação</u>
Edifícios e construções	4%
Equip. Maq. e Instalações Industriais	5% a 100%
Veículos	6,67% a 12,5%
Móveis e Utensílios	6,67% a 100%
Equipamentos de informática	8,33% a 100%

3.7 Intangível

Refere-se, principalmente, a custos incorridos com projeto de ampliação industrial e implantação de sistemas de informática, os quais estão sendo amortizados pelo método linear no prazo de cinco anos, à taxa anual de 20%.

3.8 Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.9 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A contrapartida dos ajustes a valor presente, quando aplicável, é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo.

3.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou reconhecida como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas do grupo para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança.

3.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.14 Imposto de Renda e contribuição social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

A Empresa terá benefício da redução do Imposto de Renda em sua unidade de Teixeira de Freitas - BA, localizada em área da Sudene, nos percentuais de 75% sobre as atividades industriais, apuradas por meio do lucro da exploração até 31 de dezembro de 2024.

4. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

- a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);
Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

- b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

NOVAS NORMAS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTRARAM EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:

- a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

5. Base de mensuração

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Empresa.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Empresa adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 9);
- Impostos diferidos (Nota explicativa nº 22).

No entendimento da administração da Empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

6. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

6.1 Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Administração da Empresa e aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa.

A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

6.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Empresa, segundo as políticas aprovadas pelo acionista. A alta administração da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos as taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos as taxas fixas expõem a Empresa ao risco de valor justo associado a taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Empresa está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além das já constituídas (Nota Explicativa nº 6).

O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

Descrição	2.022	2.021
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 19)	176	437
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 8)	(5.645)	(951)
Divida líquida	(5.469)	(514)
Patrimônio líquido	(6.556)	(522)
Patrimônio líquido e divida líquida	<u>(12.025)</u>	<u>(1.036)</u>

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Empresa. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Empresa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

6.3. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Para manter ou ajustar a estrutura do capital

I, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir o nível de endividamento, por exemplo.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida

líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021, podem ser assim sumariados:

Descrição	2.022	2.021
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 19)	176	437
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 8)	(5.645)	(951)
Dívida líquida	(5.469)	(514)
Patrimônio líquido	(6.556)	(522)
Patrimônio líquido e dívida líquida	(12.025)	(1.036)

6.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justos nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados nos mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direto (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), além dos preços cotados incluídos no Nível 1;
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja,

informações não observáveis).

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, avariação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 19.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Empresa não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. Estimativas e premissas contábeis críticas

A Administração da Empresa estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção;
- Provisões: A determinação de provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
- *Valor justos de instrumentos financeiros*: O valor justo de instrumentos financeiros,

FRIGORIFICO NORDESTE ALIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Empresa com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos dessas contas estão representados pelos valores de realização, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

	2022	2021
Caixa	165	144
Bancos	17	35
Aplicações financeiras	5.460	772
Total	<u>5.642</u>	<u>951</u>

As aplicações financeiras referem-se principalmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado. O saldo credor acima refere-se aos cheques emitidos e não compensados.

Descrição	Tipo	2022	2021
Fundo de Investimento - Bradesco	CDB	5.461	772
Total		5.461	772

9. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Contas a receber de clientes	33.590	17.587
(-) Perdas por créditos incobráveis	(8.462)	(8.360)
Total	<u>25.128</u>	<u>9.227</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosos contabilizada sobre as contas a receber é determinada na previsão da realização e considerando as perdas históricas sobre o saldo de contas a receber. Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

FRIGORIFICO NORDESTE ALIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Composição	2022	2021
A vencer (circulante)	20.869	5.186
Vencidos até 30 dias	667	341
Vencidos de 31 a 60 dias	55	
Vencidos de 61 a 90 dias	44	25
Vencidos de 91 a 120 dias	185	32
Vencidos de 121 a 150 dias	6	127
Vencidos de 151 a 180 dias	9	9
Vencidos acima de 180 dias	11.746	11.867
	<u>33.581</u>	<u>17.587</u>

10. Estoques

	2022	2021
Produtos acabados	8.128	6.036
Matéria-prima, embalagens e animais para abat	2.072	1.129
Materiais de manutenção e consumo	5.169	3.549
Total	15.370	10.714

11. Impostos a recuperar

	2022	2021
Imposto de Renda	296	105
Contribuição Social	240	19
Pis a recuperar	1.189	598
Cofins a recuperar	5.468	2.749
Outros	9	4
Total	<u>7.203</u>	<u>3.475</u>

12. Adiantamentos

	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores	86	86
Adiantamentos a empregados	41	51
Adiantamentos de viagem	6	3
Total	<u>133</u>	<u>140</u>

FRIGORIFICO NORDESTE ALIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

Descrição	2022	Adições	Baixas	Transferências	2021
Terrenos	1.425				1.425
Construções	4.819	259			4.560
Máq. e Equip. Inst. industriais	7.642	586	219		7.275
Móveis e utensílios	310	21	1		290
Veículos	2.664	38	9		2.635
Instalações	1.219		-		1.219
Equipamentos de informática	266	19	4		251
Imobilizações em Andamento	4.217	3.077	770	-	1.910
Total do imobilizado	22.562	4.000	1.003	-	19.565
Depreciações					
(-)Construções	(874)	(99)	(93)		(868)
(-)Máq. e Equip. Inst. industriais	(5.151)	(396)			(4.755)
(-)Móveis e utensílios	(193)	(7)			(186)
(-)Veículos	(2.387)	(52)	(10)		(2.344)
(-)Instalações	(1.186)	(14)			(1.172)
(-)Equipamentos de informática	(212)	(19)	(4)		(197)
Total de depreciações:	(10.002)	(587)	(107)	-	(9.522)
Imobilizado líquido:	12.560	3.413	896	-	10.043

14. Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com aquisição de gado, serviços e materiais necessários à produção da Empresa. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos estão assim demonstrados:

	2022	2021
Fornecedores de gados	34.885	21.518
Fornecedores diversos	1.234	1.697
Total	36.119	23.214

FRIGORIFICO NORDESTE ALIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

15. Obrigações trabalhistas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários a pagar	13	262
13º salário	-	-
INSS	370	224
FGTS	106	66
Funrural	211	225
Outros	11	6
Total	<u>711</u>	<u>783</u>

16. Obrigações fiscais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ICMS	303	53
Outros	34	15
Total	<u>337</u>	<u>68</u>

17. Empréstimos e financiamentos

Referem-se a contratos FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) firmados junto ao Banco do Brasil, com vencimentos finais de 2022 a 2024, remunerados a taxa de juros entre 2,50%, 3,50%, 4% e 6% ao ano, cuja propriedade do bem é transferida ao banco até a liquidação total da dívida. Os contratos estão assim demonstrados:

	2022		2021		<u>Objetivo</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantia</u>
	<u>Curto P.</u>	<u>Longo P.</u>	<u>Curto P.</u>	<u>Longo P.</u>				
Finame - BNDES - Banco do Brasil			98		Ativo Fixo	2,50% a. a.	2022	Próprio Bem
Finame - BNDES - Banco do Brasil	16	2	118	115	Ativo Fixo	3,50% a. a.	2023	Próprio Bem
Finame - BNDES - Banco do Brasil	107	10	20	18	Ativo Fixo	4,00% a. a.	2023	Próprio Bem
Finame - BNDES - Banco do Brasil	40	2	24	43	Ativo Fixo	6,00% a. a.	2024	Próprio Bem
Empréstimo - Frisa Rio Doce S. A.	25.453				Adiantamento			
Total	<u>25.616</u>	<u>14</u>	<u>261</u>	<u>176</u>				

18. Provisões

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de férias e encargos	1.178	1.276
Total	<u>1.178</u>	<u>1.276</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

19. Parcelamentos Federais

A Empresa aderiu ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) em 09 de outubro de 2018, o qual foi instituído através da Lei nº 13.606 de 09 de janeiro de 2018 e regulamentado através da Instrução Normativa nº 1.804 de 25 de abril de 2018 que alterou a Instrução Normativa nº 1.784 de 19 de janeiro de 2018. O débito atualizado na data de adesão ao Programa era de R\$ 15.918. A modalidade de adesão escolhida foi do pagamento de 2,50% da dívida consolidada (principal somados multa e juros) como entrada e o restante em até 176 mensais e sucessivas, com valor limitado a 0,30% do valor da receita com comercialização da produção rural, usando como base de cálculo a média mensal do faturamento do ano anterior corrigidas pela SELIC. Através desta opção foi obtido um deságio referente dedução de multa e juros no saldo devedor de R\$ 5.381. Havendo saldo devedor após o pagamento das 176 parcelas, o mesmo será dividido em até 60 parcelas. Em 2022, ocorreram pagamentos de algumas parcelas, conforme o quadro abaixo:

<u>Circulante</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PRR - Programa de regularidade tributária	47	407
Total	<u>47</u>	<u>407</u>
<u>Não circulante</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PRR - Programa de regularidade tributária	8.266	8.422
Total	<u>8.266</u>	<u>8.422</u>
<u>Total (circulante + não circulante)</u>	<u>8.313</u>	<u>8.829</u>

20. Impostos diferidos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IR s/ajustes de avaliação patrimonial	196	196
CS s/ajustes de avaliação patrimonial	71	71
Total	<u>267</u>	<u>267</u>

21. Processos judiciais

Reconhecida quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com razoável segurança.

FRIGORIFICO NORDESTE ALIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

A Empresa possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Trabalhista	113	71
Funrural	2.020	2.020
Indenizações	<u>23</u>	<u>23</u>
Total	<u><u>2.157</u></u>	<u><u>2.115</u></u>

- (a) Refere-se aos questionamentos sobre verbas diversas como horas extras, adicional de insalubridade, de periculosidade, parcelas rescisórias e indenizações diversas.
- (b) Refere-se ao depósito judicial da contribuição para a Previdência Social (Funrural). A Empresa homologou junto ao TRF da 2ª região o pedido de desistência, com renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, a destinação dos depósitos judiciais para liquidação da dívida anteriormente existente, uma vez que houve a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR).

Os depósitos judiciais referentes aos processos em andamento estão assim resumidos:

	<u>2022</u>		<u>2021</u>
	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Provável</u>
<u>Contingências</u>			
Trabalhistas	682	86	226
Tributários	<u>1.180</u>	<u>2.020</u>	<u>2.020</u>
Total	<u><u>1.862</u></u>	<u><u>2.106</u></u>	<u><u>2.246</u></u>

22. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 23.573.589,00, dividido em 23.573.589 (vinte e três milhões, quinhentas e setenta e três mil, quinhentas e oitenta e nove) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, conforme o quadro abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Valor em R\$</u>	<u>%</u>
Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.	<u>23.574</u>	<u>100</u>
Total	<u><u>23.574</u></u>	<u><u>100</u></u>

FRIGORIFICO NORDESTE ALIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

23. Receita bruta e deduções

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta de vendas	277.900	190.064
Receitas de serviços	608	346
Total	<u>278.507</u>	<u>190.410</u>
Deduções de vendas:		
Vendas canceladas	- 7.765	- 4.545
Descontos incondicionais	- 211	- 166
ICMS	- 2.947	- 1.536
PIS e COFINS	- 992	- 981
Total	<u>- 11.914</u>	<u>- 7.227</u>
Receita operacional líquida	<u>266.593</u>	<u>183.183</u>

24. Custo das mercadorias vendidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custos de vendas de mercado interno	(186.383)	(135.571)
Custos de vendas de mercado externo	(73.164)	(41.372)
	<u>(259.547)</u>	<u>(176.943)</u>

25. Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas de pessoal	1.913	1.592
PAT e vale transporte dos funcionários	992	724
Despesas variáveis	71	82
Despesas fixas	948	919
Outras despesas	3	-
Total	<u>3.927</u>	<u>3.317</u>

FRIGORIFICO NORDESTE ALIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

26. Despesas Comerciais

	2022	2021
Gastos com pessoal	2.058	1.358
Transportes próprio	1.276	785
Despesas variáveis	1.407	1.017
Despesas com exportação	-	240
Comissões sobre vendas	1.219	986
Fretes e carretos	3.347	1.626
Outras despesas com vendas	131	44
Total	9.437	6.057

27. Outras receitas e despesas

Outras receitas	2022	2021
Receitas diversas	996	451
Vendas de materiais almoxarifado	240	68
Total	1.236	519
Outras despesas	2022	2021
Custo transações eventuais	- 470	(45)
Provisões diversas	- 114	(61)
Impostos sobre outras receitas operacionais	- 64	(13)
Impostos sobre transações eventuais		
Total	(648)	(119)
TOTAL	588	399

28. Receitas financeiras

	2022	2021
Juros ativos	138	74
Rendimentos de aplicações financeiras	21	2
Rendimentos de variação cambial/exportações	-	-
Descontos obtidos	35	21
Total	194	97

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

29. Despesas financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros sobre financiamento	12	20
Juros passivos	99	45
Taxas e despesas bancárias	111	78
Variações cambiais/exportações	-	-
Descontos concedidos	<u>390</u>	<u>764</u>
Total	<u><u>613</u></u>	<u><u>908</u></u>

32. Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. A Empresa obteve, em 2015, novo incentivo fiscal da Sudene, o que lhe permite a redução de 75% do Imposto de Renda a pagar em cada período de apuração, até o ano de 2024.

FRIGORIFICO NORDESTE ALIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro antes dos impostos e contribuições	(6.034)	(3.618)
Adições:		
Provisão contingências	41	-
Depreciação taxa societária	588	567
Outras adições	73	61
	<u>702</u>	<u>628</u>
Exclusões:		
Reversão das provisões não dedutíveis	(153)	(28)
Depreciação taxa fiscal	(774)	(725)
Outras deduções	-	-
	<u>(927)</u>	<u>(753)</u>
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(6.259)	(3.743)
Alíquota - 15%	-	-
Alíquota - 10%	-	-
Incentivos fiscais - PAT	-	-
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>-</u>	<u>-</u>

34. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Tema 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227 Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * *

ARTHUR ARPINI COUTINHO
Sócio Administrador

IDIVAU NICCHIO
CRC-ES 01464/O-5